

Gaúchos contra Estado e estabilidade

Um grupo integrado por 190 líderes empresariais gaúchos entregou ontem ao ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, uma carta aberta aos constituintes, assumindo posição contrária à estabilidade de emprego, à fixação de semana de trabalho de 40 horas, em defesa da livre iniciativa, aliada à redução da interferência do Estado na economia.

Antes de se avistar com o ministro, em solenidade no Palácio do Planalto, o grupo de empresários entregou à Assembleia Nacional Constituinte proposta de emenda defendendo suas posições, contendo 78 mil assinaturas coletadas no Rio Grande do Sul.

No pronunciamento que fez de saudação ao ministro Ronaldo Costa Couto, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Carlos Mandelli, disse que a dispensa arbitrária do emprego é necessária dentro de uma empresa, e que não pode haver nenhum outro árbitro que não o empresário.

Na Carta aberta que entregaram ao ministro, os empresários gaúchos fazem um alerta à Nação para a importância do atual momento da vida do País, e pedem "transparência de propósitos nas ações políticas". Quanto à ordem social, os empresá-

rios entendem que "as conquistas trabalhistas devem resultar da livre negociação, ajustando-se às peculiaridades e possibilidades de cada setor ou empresa, em um processo gradativo e que, por isso, o texto constitucional há de consagrar, apenas, o princípio da liberdade de contratar e a de negociação".

Consideram a estabilidade "medida de drásticas consequências à produtividade nacional que aumentaria o mercado informal de trabalho, inibiria a criação e expansão de novos empreendimentos e afugentaria os investimentos externos". A estabilidade, acentuam igualmente, induzirá ao retrocesso social e à inviabilização das micro e pequenas empresas, geralmente familiares, que certamente não se arriscarão ao crescimento. "A redução da semana de trabalho e férias em dobro são dispositivos que, se transformados em obrigações adicionais, influiriam no custo de mão-de-obra, com efeitos sobre os preços dos produtos e a competitividade da empresa. A proibição de horas extras e das atividades de intermediação de mão-de-obra interfere, diretamente, na liberdade de contratar e de estabelecer acordos entre as partes, pois cria uma rigidez desnecessária e prejudicial à atividade econômica."



Alencar Monteiro

Gaúchos levam à Constituinte 78 mil assinaturas contra presença do Estado na economia

Covas pede a Ulysses que apóie 4 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Subscrita por 96.863 pessoas, foi entregue ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, proposta de emenda popular marcando para novembro de 1988 as eleições diretas de presidente da República. A proposta foi encaminhada em rápida cerimônia, na Comissão de Relações Exteriores, pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, e presidentes de entidades que ajudaram na coleta de assinaturas, como a Federação Nacional dos Jornalistas, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil.

"Uma sinuca de bico" — assim, bem-humorado, Ulysses Guimarães respondeu ao discurso do senador Mário Covas, que habilmente tentou induzi-lo a apoiar a proposta das diretas em 88. Covas iniciou seu rápido discurso com elogios a Ulysses, observando que o fato de apoiar a emenda das diretas não representa rebeldia ou descaminho, "mas antes cumprir o que representa a história do nosso partido, que tem sido presidido pelo deputado Ulysses Guimarães". Em seguida, acentuou o fato de Ulysses não ter assinado a proposta. "Mas tenho a certeza de que o fará, mais dia menos dia", acrescentou. Ulysses sorriu, discretamente.

Covas teve ainda o cuidado de lembrar o passado de resistência ao autoritarismo de Ulysses, assinalando que ele deve ser preservado pelos correligionários e receber a emenda das diretas como uma homenagem.

Ulysses, por sua vez, justificou a não-adesão ao movimento, dizendo que, em determinadas circunstâncias, é preciso tomar atitudes que nem sempre correspondem à sua vocação política. E dedicou parte de seu pronunciamento a elogiar Mário Covas, a quem chamou de líder, declarando-se "obediente". A título de ilustração, contou que uma amiga lhe havia dito ter dificuldades de retornar a uma sessão espírita, porque ficara tão impressionada que temia participar de outras e ser convertida ao espiritismo.

No arquivo, os sonhos populares

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os sonhos de quase cinco milhões de brasileiros sem mandato ficaram guardados, a partir de hoje, em duas enormes salas da Comissão de Sistematização da Constituinte. Eles estão distribuídos por 102 emendas populares, protocoladas até às 19 horas de ontem, reunindo 12.048.351 de assinaturas — cada cidadão pôde assinar até três propostas. Mas o número pode aumentar, porque o prazo para entrega das emendas só terminou à meia-noite. Os brasileiros com mandato, porém, ultrapassaram em muito esse número: no início da noite de ontem, calculava-se que 20 mil emendas fossem apresentadas pelos constituintes.

Preocupado com o grande número de emendas, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reuniu-se com o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos e Bernardo Cabral. Os três decidiram que somente as propostas de conteúdo constitucional serão aceitas nesta fase dos trabalhos. "Vamos eliminar tudo o que não tiver a hierarquia suprema da Carta Magna, para não inibir a competência posterior do Congresso na elaboração das leis ordinárias", explicou Ulysses.

Até o início da noite, havia fila

na secretaria responsável pelo recebimento das emendas dos constituintes. As 19 horas, já haviam sido protocoladas e numeradas pelos funcionários 16.790 emendas. Os números finais só deverão ser divulgados hoje, mas podia-se prever ontem que chegariam a 20 mil. Afinal, só o senador José Inácio (PMDB-ES) estava encaminhando mais de duas mil propostas.

OS SONHOS POPULARES

Mas era na Coordenadoria de Emendas Populares que se registrava o movimento maior. Os dez funcionários não foram suficientes para completar o trabalho e, há 15 dias, vêm recebendo a ajuda de outros cinco. "A gente faz uma checagem rápida", explicou a coordenadora do serviço, Maria Júlio Babelo de Moura. "Observamos se os dados de algumas páginas estão corretos e confiamos que os nomes e os números dos títulos de um eleitor estão certos, um crédito de confiança nas entidades que apresentam as listas".

Muito "serviço" também teve ontem o deputado Ulysses Guimarães, que recebeu simbolicamente as emendas populares. Pelo seu gabinete passaram censores, agricultores, empresários e petroleiros. Mas foi um grupo de crianças que conseguiu redimi-lo pelas vaias do dia anterior. Elas cantaram e dançaram durante a

Ameaçadas vantagens dos 'marajás'

Os "marajás" do serviço público, em todo o País, poderão perder suas vantagens se forem aprovadas emendas apresentadas ontem pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Uma determina que, logo após a a fixação dos novos níveis do salário mínimo, o Poder Executivo (federal, estadual ou municipal) propore ao Poder Legislativo competente o estabelecimento do valor da remuneração máxima (incluindo todas e quaisquer vantagens) que poderá ser paga aos respectivos servidores, ativos ou inativos, inclusive os militares e os empregados das estatais.

A outra emenda dá prazo de 30 dias, após a promulgação da Constituição, para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios revejam os cálculos das remunerações dos seus servidores, inclusive empregados das estatais.

solenidade de entrega da emenda popular que estabelece os direitos das crianças. Deram beijinhos e pediram autógrafos a Ulysses. "Esses têm educação. Com eles se pode conviver", comentou o deputado.

A entrega das emendas, na verdade, acabou virando brincadeira. Representantes das entidades que patrocinaram a emenda das diretas em 88, por exemplo, ficaram esperando na sala até que alguém apresentasse a proposta de número 87. Entraram atrás e ficaram com o simbólico 88. Proposta semelhante, patrocinada pelo senador Mário Covas, entretanto, não conseguiu tanto, mas obteve o número 100, embora tenha chegado depois da proposta dos aposentados. A proposta que recebeu mais assinaturas, entre as protocoladas ontem, porém, veio da Bahia — 433.638.

O ex-deputado João Gilberto, coordenador do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, ligado à UnB, estava entusiasmado com o número de assinaturas e emendas populares. "É um recorde mundial", apostou. Os funcionários da Coordenadoria de Emendas Populares, apesar da animação, estavam céticos. "Se todas as emendas forem aprovadas, vai acabar a fome, o desemprego, a inflação...", comentou um deles. "O Brasil será feliz trabalhando pouco."

Aceita proposta dos sensíveis

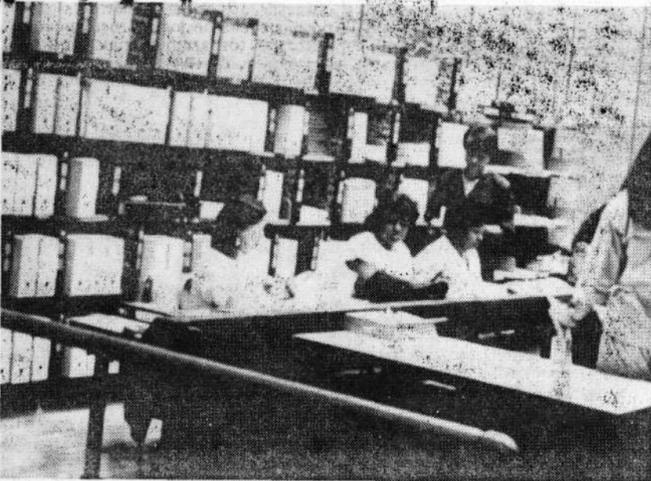
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, reunida ontem de manhã, aprovou mais dez emendas populares, incluindo as que pretendem criar o Estado do Iguaçu e legalizar a prática da assistência e tratamento espirituais, a primeira com 41.234 assinaturas e a segunda com 53.216. A presidência da comissão informou ainda ter indeferido seis emendas populares, por não estarem acompanhadas do número mínimo de assinaturas exigido (30 mil). As emendas indeferidas tratavam de educação básica, concurso público, cidadania, proventos de aposentadoria, saneamento básico e indenização a municípios.

Sob o argumento de que "o Brasil é o maior celeiro de sensíveis do mundo" e com a afirmação de que "não existe ninguém no País que não conheça pelo menos uma 'benzedeira'", deu entrada no plenário da Comissão de Sistematização a emenda popular que pretende legalizar o exercício e a prática dos tratamentos espirituais, desde que gratuitos. A emenda é uma iniciativa do programa "Terceira Visão", da TV Bandeirantes, contando com o apoio de duas outras entidades. Esta é a segunda emenda popular sobre o mesmo tema acolhida pela Constituinte.

Por falta de quórum, a Comissão de Sistematização não votou o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que pretendia marcar para 15 de novembro de 1988 a eleição presidencial, reduzindo, assim, o mandato do presidente José Sarney para quatro anos. O prazo para a apreciação dessa matéria encerra-se hoje, mas dificilmente a comissão conseguirá realizar sessão esta tarde, último dia útil da semana. Em consequência, o projeto será encaminhado à Constituinte sem deliberação, aumentando a possibilidade de rejeição, como pretende a maioria governista.

A sessão de ontem aprovou as dez emendas populares apenas quanto a sua forma, sem entrar no mérito, o que ficará a cargo do relator e do plenário da Constituinte. As 11 horas, o plenário da Comissão de Sistematização já estava vazio.



Alencar Monteiro

Já há 120 emendas nos arquivos da Constituinte

O estatuto de Macunaíma

GUSTAVO KRAUSE

Uma breve olhada no panorama econômico atual pode resultar numa valiosa lição para nós, brasileiros. Algumas economias têm pontificado, neste panorama, pela vitalidade, resistência às crises e por uma extraordinária capacidade de recuperar-se e, até mesmo, de renascer.

É o que acontece com o Japão do pós-guerra, cuja economia é movida pela simbiose de estimulantes mecanismos capitalistas com a milenar disciplina coletivista dos orientais. Neste quadro, insere-se a Coreia que, nos últimos 30 anos, saltou de uma renda per capita de 150 para 2.400 dólares.

Também é um notável exemplo a solidez da economia alemã. E, para não ficar entre orientais e teutônicos, é preciso assinalar que a exuberante latinidade também produz bons espécimes. Que o digam a versátil e criativa economia somersa dos italianos e a célebre recuperação da economia espanhola, embaçada pelo socialismo moderno de Felipe Gonzalez.

Abstratos os traços culturais próprios e os regimes políticos prevalentes, pelo menos três fatores são comuns a estas economias.

O primeiro deles é a presença de pequenas variações) é a de que o trabalho não há salvação. Por isto, na Coreia o povo trabalha 50 horas semanais, tem dez dias de férias, perde cinco segundos de tempo por bem, é convidado a deixar em paz o mercado por consistentes programas de privatização. Assim, uma vez conquistada e garantida uma sólida base social, a empresa e o cidadão empreendem novos saltos qualificativos.

Nem de longe isto se parece com o monstruoso e ineficiente Estado brasileiro. O mais grave é que, por aqui, os estatolatrás são alcunhados de progressistas. Lamentavelmente, não chegaram a compreender a perestroika do sr. Gorbachev.

Outro fator decisivo são os investimentos em educação e tecnologia. Uma obviedade ainda não entendida pelas bandas de cá. Uma obviedade porque os recursos humanos vão gerir e gerar outros recursos. Beira o truismo, mas nunca é demais afirmar que o dinheiro da economia depende da qualidade dos homens e do acervo tecnológico disponível.

Finalmente, o trabalho. O gênio da raça, Einstein, ensinou que a genialidade é 99% de transpiração e 1% de inspiração. Isto para os gê-

nios. Para os homens comuns, fora do trabalho não há salvação. Por isto, na Coreia o povo trabalha 50 horas semanais, tem dez dias de férias, perde cinco segundos de tempo por bem, é convidado a deixar em paz o mercado por consistentes programas de privatização. Assim, uma vez conquistada e garantida uma sólida base social, a empresa e o cidadão empreendem novos saltos qualificativos.

Em nossa literatura, os sinais preocupantes em relação "ao suor do rosto". É possível que se queira fundar uma sociedade do lazer, pós-industrial, sem erradicar bolsões pré-capitalistas. É a sina de começar tudo às avessas. Aqui — é bom lembrar — a semana inglesa começou antes da Revolução Industrial.

Na verdade, é o que sugere a jornada de trabalho de 40 horas e a estabilidade de emprego depois de 90 dias. Isto tanto pode ser chamado de formalismo disfuncional como de desavergonhada demagogia. Afinal, não é escrevendo soluções mágicas e consequentemente artificiais na Constituição que se transforma o mundo real. Se a proposta (que não protege o trabalhador e prejudica a economia) for transformada em dispositivo constitucional, este capítulo da Ordem Social bem que poderia se definir "O Estatuto de Macunaíma".

Gustavo Krause é ex-governador de Pernambuco